



A avaliação psicológica no Sul do Maranhão: instrumento de justiça social para famílias em vulnerabilidade

Jessica Luana Ribeiro Oliveira ¹, Nathaly Oliveira Sousa ², Paulo Victor Santos Nascimento ³



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p7941-7958>

Artigo recebido em 28 de Setembro e publicado em 28 de Novembro de 2025

RELATO DE EXPERIÊNCIA

RESUMO

Os serviços de avaliação psicológica no Brasil defrontam-se com o paradoxo de serem constitutivos da identidade da profissão, permanecendo inacessíveis para populações em vulnerabilidade socioeconômica. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de um serviço gratuito de avaliação psicológica infantil, ancorado em uma perspectiva ético-política sensível às desigualdades. O processo, realizado entre outubro de 2023 e maio de 2025 com 11 crianças encaminhadas pelas redes de saúde e educação, integrou de forma crítica a aplicação de instrumentos padronizados, entrevistas com familiares e observação clínica, utilizando triangulação de dados. Os resultados evidenciam que a identidade e efetividade do serviço sustentam-se em três pilares inter-relacionados: o rigor técnico-metodológico, a continuidade relacional – onde a escuta qualificada constitui uma trajetória causal ininterrupta de acolhimento – e a preservação de sua função essencial de legitimar o sofrimento invisível e mediar o acesso a direitos. Conclui-se que a prática avaliativa, assim conduzida, transforma o laudo em instrumento de empoderamento e inclusão social, demonstrando que a transformação de trajetórias e a permanência do compromisso social não são excludentes. Reafirma-se, portanto, a essência social da Psicologia como promotora de justiça e cidadania, por uma prática que dialoga criticamente com a realidade concreta das famílias.

Palavras-chave: Avaliação, Psicológica, Brasil, Social.



The Psychological Assessment in Southern Maranhão: An Instrument of Social Justice for Families in Vulnerability

ABSTRACT

Psychological assessment services in Brazil face the paradox of being constitutive of the profession's identity while remaining inaccessible to populations in socioeconomic vulnerability. This study aims to report the experience of a free child psychological assessment service, anchored in an ethical-political perspective sensitive to inequalities. The process, conducted between October 2023 and May 2025 with 11 children referred by the health and education networks, critically integrated the application of standardized instruments, interviews with family members, and clinical observation, utilizing data triangulation. The results demonstrate that the service's identity and effectiveness are sustained by three interrelated pillars: technical-methodological rigor, relational continuity – where qualified listening constitutes an uninterrupted causal trajectory of care – and the preservation of its essential function of legitimizing invisible suffering and mediating access to rights. It is concluded that the evaluative practice, when conducted in this manner, transforms the report into an instrument of social empowerment and inclusion, demonstrating that the transformation of life trajectories and the permanence of social commitment are not mutually exclusive. Therefore, the social essence of Psychology as a promoter of justice and citizenship is reaffirmed through a practice that critically engages with the concrete reality of families.

Keywords: Assessment, Psychological, Brazil, Social.

Instituição afiliada – Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma)¹; Faculdade Anhanguera Polo Imperatriz, Maranhão²; Faculdade Anhanguera Polo Imperatriz, Maranhão³

Autor correspondente: Paulo Victor Santos Nascimento paulocentroga@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O acesso à avaliação psicológica no Brasil é permeado por barreiras estruturais que refletem e aprofundam as desigualdades sociais e regionais historicamente consolidadas no país. Apesar de o Brasil contar com um contingente significativo de 562.751 psicólogas(os) registradas(os) (CFP, 2025), a distribuição é profundamente desigual: concentra-se maciçamente nas regiões centrais — como em São Paulo, que abriga sozinha cerca de 165 mil profissionais —, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam uma oferta muito menor. Essa disparidade reflete-se de forma crítica na rede pública de saúde, onde em 9 em cada 10 municípios há menos de um psicólogo por mil habitantes no SUS, com uma média nacional de apenas 0,18, bem abaixo de parâmetros internacionais de referência, como o do Reino Unido (0,52 por mil). Neste cenário, famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica permanecem à margem do cuidado psicológico qualificado, dependente não apenas de recursos financeiros, mas também da disponibilidade física de serviços especializados (Bock, 2005; Szymanski, 2003).

As limitações, contudo, vão além da disponibilidade e envolvem também o desconhecimento sobre a importância do processo, dificuldades de deslocamento, custos indiretos, ausência de informações claras sobre direitos e experiências prévias de deslegitimação de suas demandas por instituições. Essas barreiras fazem com que, para uma parcela significativa da população, a avaliação psicológica se mantenha como um recurso distante, cuja função e potencial transformador são pouco compreendidos (Noronha; Silva; Oliveira, 2010). A urgência de superar essas barreiras é amplificada pela crescente demanda por serviços especializados, evidenciada por dados como os do Censo Demográfico de 2022, que identificou 2,4 milhões de brasileiros diagnosticados com autismo — com uma prevalência que chega a 2,6% na faixa etária de 5 a 9 anos —, o que reforça a necessidade premente de avaliações psicológicas acessíveis e precoces.

Nesse contexto, é preciso reafirmar que a avaliação psicológica não se reduz à aplicação de testes ou emissão de laudos. Trata-se de um processo técnico, ético e social que, quando conduzido de forma sensível e comprometida, se torna um espaço de escuta qualificada, acolhimento e construção de sentido sobre a experiência do sujeito



e de sua família. Mais do que classificar ou nomear condições, a avaliação pode desempenhar um papel educativo, informativo e libertador, ajudando a desconstruir estigmas e a articular caminhos de cuidado que dialoguem com as necessidades reais dos indivíduos e seus contextos (Cunha, 2020; Enes, 2021). Como apontam Hutz e Bandeira (2016), compreender o sujeito exige considerar as dimensões históricas, culturais e econômicas que moldam seu desenvolvimento, reconhecendo que a prática psicológica está inserida em um tecido social complexo e desigual.

A atuação do psicólogo, especialmente em contextos de vulnerabilidade, assume assim uma dimensão que ultrapassa a esfera individual. Ao se colocar como agente de transformação social, o profissional constrói pontes entre o saber técnico e a realidade vivida pelas famílias, traduzindo informações, orientando sobre direitos e mediando o acesso a outros serviços (Aranha, 2009; Sawaia, 2009). A escuta atenta, o vínculo terapêutico e a devolutiva compreensível se configuram como estratégias fundamentais para empoderar as famílias, permitindo-lhes reconhecer que as dificuldades enfrentadas não são resultado de falhas morais ou pessoais, mas de condições concretas que podem e devem ser transformadas.

Relatar a experiência vivenciada em um serviço que oferece avaliação psicológica gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade representa, portanto, uma oportunidade de contribuir para a Psicologia enquanto ciência e profissão. Entre outubro de 2023 e maio de 2025, em uma cidade do sul do Maranhão — região emblemática das disparidades aqui discutidas —, foram conduzidas avaliações com 11 crianças, de 7 a 12 anos, encaminhadas por médicos da atenção básica, profissionais dos CAPS e professores da rede escolar. Ao evidenciar as potencialidades e os desafios dessa prática, este trabalho busca fomentar reflexões sobre o compromisso ético-político da avaliação, entendida como ferramenta de inclusão social e promoção da cidadania. Trata-se de reconhecer que cada processo avaliativo carrega, além de dados técnicos, uma dimensão política, possibilidade de legitimar vozes historicamente silenciadas, abrir portas para o acesso a direitos e impactar trajetórias de vida.

Nessa perspectiva, a experiência descrita reafirma que a avaliação psicológica, quando exercida com rigor técnico, sensibilidade social e responsabilidade ética, pode se converter em um potente instrumento de transformação. Ela não apenas identifica e nomeia dificuldades, mas também reconhece a singularidade de cada história, acolhe o



sofrimento, orienta o cuidado e convoca a sociedade e as instituições a responderem de forma mais justa. Mais do que um procedimento técnico, é um gesto clínico e social que afirma a dignidade e a humanidade dos sujeitos, fortalecendo o compromisso da Psicologia com os direitos humanos e a justiça social.

METODOLOGIA

Entre outubro de 2023 e maio de 2025, conduziram-se, em uma cidade do sul do Maranhão, avaliações com 11 crianças (7 a 12 anos), encaminhadas por médicos das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e professores da rede escolar. Os encaminhamentos decorreram de queixas específicas: baixo rendimento escolar, histórico de reprovações, déficits nos marcos do desenvolvimento, comportamentos atípicos, dificuldades de relacionamento e prejuízos gerais de aprendizagem. Após consulta médica inicial, os profissionais solicitavam a avaliação psicológica para confirmação ou descarte de hipóteses diagnósticas.

A equipe, composta por psicóloga, psicopedagoga e estagiários de psicologia voluntários de um serviço sem fins lucrativos, realizou avaliações individualizadas devido à complexidade dos casos e à disponibilidade limitada. O processo estruturou-se em média de 7 a 8 encontros por criança, adaptados ao ritmo individual. O primeiro encontro dedicou-se ao acolhimento das demandas familiares; os encontros subsequentes envolveram a aplicação de testes neuropsicológicos e cognitivos à criança (como Escala Wechsler de inteligência WISC-IV, Neupsilin, Teste AC e Teste dos 5 Dígitos) e escalas a responsáveis (incluindo a Escala de Responsividade Social – SRS ou Escalas específicas para TDAH). Dentro da área psicopedagógica foram aplicados testes que avaliavam habilidades acadêmicas. Para os fins da presente discussão, o relato dos resultados e as análises subsequentes concentrar-se-ão na perspectiva e nos instrumentos de avaliação conduzidos pela psicóloga.

Complementaram-se os dados com relatórios escolares, observação clínica de aspectos emocionais/comportamentais e entrevistas com familiares. O encerramento deu-se com sessão de devolutiva dos resultados, priorizando a otimização do tempo das famílias – especialmente as deslocadas de outras cidades.

A discussão apresentada foi construída a partir da análise de registros baseados em documentos clínicos arquivados no serviço, incluindo observações da equipe, laudos



psicológicos, relatórios escolares e dados triangulados dos instrumentos. A análise considerou o contexto operacional de serviço voluntário, que implicou restrições como amostra reduzida (11 casos) e flexibilização de prazos. Apesar disso, todo o processo manteve rigor técnico, escuta qualificada e adesão estrita aos princípios éticos do psicodiagnóstico, assegurando confiabilidade às conclusões mesmo frente às limitações de recursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3 DISCUSSÃO

Iniciar a discussão sobre a prática da avaliação psicológica em contextos de vulnerabilidade demanda, antes de tudo, o reconhecimento de que o acesso a esse recurso especializado permanece profundamente desigual no Brasil. Embora sua relevância seja incontestável para a compreensão do desenvolvimento infantil e fundamental para subsidiar intervenções precisas e tempestivas, tais serviços concentram-se majoritariamente em centros urbanos e encontram-se predominantemente vinculados à rede privada. Como consequência, tornam-se inacessíveis para famílias de baixa renda, aprofundando uma lacuna assistencial que reflete iniquidades sociais mais amplas.

Nesse contexto, iniciativas que ofertam avaliação psicológica de forma gratuita assumem papel essencial — não apenas por suprir uma demanda específica, mas por configurarem verdadeiros espaços de acolhimento, escuta qualificada e orientação para sujeitos historicamente marginalizados dos sistemas de cuidado. Tais projetos transcendem a dimensão técnica da avaliação, afirmando-se como práticas ético-políticas comprometidas com a redução de danos, o empoderamento das famílias e a garantia do direito à saúde integral.

3.1 A avaliação psicológica: mais do que testes, um espaço de escuta e acolhimento

O presente trabalho decorre de experiências realizadas em uma clínica particular que, por meio de parceria com profissionais voluntários, ofertava avaliações psicológicas de forma gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As crianças atendidas eram, em sua maioria, oriundas da rede pública de ensino, residentes em bairros periféricos ou de municípios interioranos próximos à região. As demandas envolviam, geralmente, queixas de dificuldades escolares, comportamentos atípicos e sinais de atraso nos marcos do desenvolvimento infantil.



Logo no início, foi preciso repensar o papel da avaliação psicológica. Não se tratava apenas de aplicar testes ou preencher relatórios, mas de criar um espaço de escuta, tanto para a criança quanto para a família. Muitas dessas famílias já tinham passado por experiências frustrantes com a escola ou com serviços de saúde e carregavam histórias de dor e desamparo. Por isso, a avaliação foi conduzida desde o princípio como um processo ético-clínico, sustentado pela escuta, pelo cuidado e pela responsabilização compartilhada (Hutz, 2015; Enes, 2021).

As primeiras entrevistas, que teoricamente serviriam para levantar dados, acabaram se tornando momentos de acolhimento, especialmente para as mães, que eram as principais acompanhantes. Era comum que esses momentos fossem marcados por choro, desabafos e o relato de uma sobrecarga emocional, sustentada pela ausência de redes de apoio e pelo desconhecimento sobre as condições de saúde e desenvolvimento da criança. Em alguns casos, aquelas entrevistas foram vividas como um dos poucos espaços onde puderam se sentir escutadas com atenção e sem julgamentos.

A postura da terapeuta precisou se basear em empatia e escuta ativa. Era essencial construir vínculo e ter cuidado com as interpretações, pois por trás das queixas havia sempre um contexto mais amplo, com histórias familiares marcadas por tentativas frustradas de ajuda, experiências de exclusão escolar e sentimentos de culpa. Como reforçam Hutz e Bandeira (2016), o objetivo da avaliação psicológica não deve ser apenas classificar ou diagnosticar, mas compreender o sujeito e seu entorno de forma ampliada.

No entanto, o percurso avaliativo enfrentou desafios metodológicos importantes. Um dos desafios era a falta de documentação. A ausência de laudos anteriores, relatórios escolares consistentes ou encaminhamentos de outros profissionais da saúde limitava a triangulação das informações. Isso exigia um olhar ainda mais atento da psicóloga, já que os relatos familiares, embora essenciais, vinham com lacunas. Era comum que os pais, em especial os de baixa escolaridade, tivessem dificuldade para descrever o comportamento da criança com mais precisão. Às vezes, sinais claros de algum transtorno eram naturalizados pela família como traços da personalidade da criança, o que reforça a importância da avaliação como ferramenta também de orientação e psicoeducação.



Outro ponto importante é que muitas das famílias atendidas nunca haviam passado por atendimentos com equipe multiprofissional, realizando, quando muito, consultas pontuais com médicos do SUS. Isso tornava a avaliação psicológica uma das poucas oportunidades de olhar integral para a criança. Assim, como destacam Noronha e colaboradores (2010), pensar a avaliação de forma ética significa também levar em conta o acesso à saúde e à informação, sobretudo em contextos marcados por desigualdades.

Nesse cenário, a aplicação dos instrumentos psicológicos foi apenas uma etapa do processo. Mais do que isso, a avaliação se tornou um cuidado em si. Escutar, criar vínculo, orientar e reconhecer a criança em sua subjetividade — tudo isso fez parte do percurso.

Assim, a experiência vivenciada neste serviço reafirma o que já vem sendo defendido por diversos autores da área: a avaliação psicológica, quando realizada com ética e sensibilidade, pode ser um potente instrumento de escuta e transformação, e não apenas um meio de classificar sintomas. Ela se torna, antes de tudo, um espaço de acolhimento e de construção de sentido (Cunha, 2020), fundamental para que as famílias compreendam melhor seus filhos e possam trilhar novos caminhos de cuidado e desenvolvimento.

3.2 As famílias atendidas: sofrimento invisível e barreiras estruturais

Grande parte das famílias atendidas no serviço de avaliação psicológica apresentava um perfil socioeconômico caracterizado por baixos níveis de escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho. A maioria das mães, que geralmente assumiam a função de cuidadora principal, não havia concluído o ensino fundamental ou médio e, frequentemente, estavam desempregadas ou envolvidas em atividades informais. Já os pais, quando presentes na rotina familiar, tinham uma participação limitada no processo de cuidado e acompanhamento da criança, em razão de jornadas de trabalho exaustivas ou por questões culturais que atribuem à figura materna a responsabilidade pelos cuidados com os filhos. Essa configuração reforçava uma sobrecarga significativa para as mães no manejo das demandas escolares e de saúde mental dos filhos.

Essa realidade social impactava diretamente a forma como as famílias compreendiam e acessavam os serviços especializados. Mesmo quando sinais de



dificuldade já eram notados desde os primeiros anos de vida como atraso na fala, comportamentos agitados ou desatenção, esses sinais muitas vezes eram interpretados como traços individuais ou como falhas educativas, e não como possíveis manifestações de quadros clínicos que demandassem avaliação especializada. A ausência de informações acessíveis sobre o desenvolvimento infantil e os direitos garantidos por políticas públicas de saúde e educação contribuía para que a busca por ajuda fosse tardia ou conduzida de maneira desinformada.

Em grande parte dos casos, o encaminhamento para avaliação psicológica era motivado por demandas escolares ou por orientações de profissionais da atenção básica em saúde. A avaliação era vista, muitas vezes, como uma etapa burocrática necessária para obtenção de laudos ou pareceres, e não como um processo de escuta qualificada, investigação cuidadosa e construção de sentido sobre as dificuldades da criança. As mães relatavam insegurança diante do processo e, em diversas situações, revelavam que já haviam passado por atendimentos em que não se sentiram devidamente acolhidas ou compreendidas.

É importante ressaltar que os serviços públicos, embora legalmente previstos, frequentemente apresentam limitações significativas como escassez de profissionais, estrutura deficiente, descontinuidade no atendimento e pouca integração entre saúde, educação e assistência social. Tais limitações acentuam o ciclo de vulnerabilidade já vivenciado por essas famílias. Como apontam Bock (2005) e Szymanski (2003), os efeitos da desigualdade social sobre o acesso à saúde e à educação especializada não se dão apenas pela falta de recursos financeiros, mas também pela ausência de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da exclusão social.

Durante as entrevistas iniciais, observou-se que o contato das famílias com os serviços formais de cuidado costumava ser esporádico e reativo, quase sempre movido por exigências institucionais. Muitas mães narravam um percurso marcado por desencontros com as escolas, dificuldades de comunicação com os professores e falta de retorno concreto após visitas a postos de saúde. Em vez de encontrar acolhimento e orientação, essas mulheres se deparavam com julgamentos e atribuições de culpa, o que produzia um sofrimento constante e silencioso, raramente nomeado ou legitimado.

Essa vivência contribui para que a avaliação psicológica, quando oferecida com qualidade e escuta sensível, se torne não apenas um instrumento de diagnóstico, mas



um espaço de acolhimento e fortalecimento subjetivo. Como destaca Aranha (2009), a avaliação, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, deve ampliar seu olhar para além dos testes e protocolos, compreendendo a criança em sua inserção social, cultural e afetiva.

No entanto, ainda são grandes os obstáculos para que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a processos avaliativos consistentes. A atuação em clínicas-escola ou por meio de projetos institucionais comprometidos com a inclusão social tem representado uma importante alternativa para garantir esse direito. Ainda assim, o acesso permanece condicionado a fatores como disponibilidade geográfica, conhecimento prévio sobre os serviços e articulação entre os diferentes setores públicos. É nesse ponto que a literatura, como apontam Hutz e Bandeira (2016) e Noronha et al. (2010), chama atenção para a insuficiência das políticas públicas voltadas à infância, especialmente no que tange à saúde mental e aos serviços de diagnóstico precoce.

Além da carência de profissionais especializados, destacam-se outros obstáculos que dificultam o comparecimento das famílias: distância até os locais de atendimento, custos com transporte, conflitos com horários de trabalho ou com a rotina doméstica, além do desconhecimento sobre o que é, de fato, uma avaliação psicológica. Para muitas mães, o processo avaliativo se tornava o primeiro momento em que recebiam informações compreensíveis e cuidadosas sobre o desenvolvimento de seus filhos, sentindo-se pela primeira vez parte ativa desse percurso de cuidado. Essa escuta qualificada tem um valor inestimável em contextos onde historicamente a palavra da mãe, sobretudo da mãe pobre, é deslegitimada.

Essas barreiras, somadas à ausência de um fluxo efetivo de cuidado intersetorial, atrasam o diagnóstico e limitam as possibilidades de intervenção precoce. Crianças que poderiam ser beneficiadas por atendimentos integrados acabam permanecendo em situações de risco, com alto custo emocional, social e educacional. A avaliação, nesse contexto, não tem caráter preventivo, mas atua de forma corretiva e, muitas vezes, tardia. Como enfatiza Cunha (2020), a avaliação psicológica deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de inclusão e acesso à cidadania.

Portanto, o que se observa é que o direito à saúde mental e ao desenvolvimento integral das crianças segue sendo profundamente condicionado pela classe social e pelo



território em que vivem. A realidade encontrada neste trabalho evidencia que a avaliação psicológica não pode ser pensada de forma isolada, mas deve estar articulada a políticas públicas comprometidas com a equidade. A escuta das famílias, com suas dores, dúvidas e esperanças, reforça a necessidade de um olhar que vá além dos protocolos e que reconheça a avaliação como um gesto clínico, ético e social.

3.3 Crianças atendidas: indicadores de vulnerabilidade no desenvolvimento infantil

O perfil das crianças atendidas neste projeto revela os efeitos entrelaçados da vulnerabilidade social e de possíveis quadros clínicos que, em sua maioria, não haviam sido anteriormente investigados por meio de avaliações psicológicas. Com idades entre 7 e 12 anos, todas matriculadas na rede pública de ensino, essas crianças chegaram ao atendimento com queixas relacionadas à aprendizagem, frequentemente acompanhadas de comportamentos atípicos e dificuldades emocionais. A escuta atenta ao longo do processo avaliativo permitiu compreender que parte significativa dessas manifestações não podia ser atribuída unicamente ao contexto social, mas também a possíveis transtornos do neurodesenvolvimento e quadros psicopatológicos, que, em contextos de vulnerabilidade, tendem a gerar ainda mais sofrimento e barreiras ao cuidado.

Muitas dessas crianças nunca haviam passado por atendimento psicológico, e poucas haviam tido contato com médicos psiquiatras. Isso tornava a avaliação uma das primeiras oportunidades de escuta especializada. A maioria apresentava baixo repertório verbal, dificuldades significativas de atenção, impulsividade e comportamentos agitados durante as sessões. A compreensão de instruções simples era, por vezes, comprometida, o que exigia adaptações na condução dos testes e um manejo clínico cuidadoso. O perfil de desempenho nos instrumentos de inteligência indicava, com frequência, pontuações superiores em tarefas não verbais, com prejuízos mais acentuados nas habilidades verbais e funções executivas — como memória de trabalho, controle inibitório e planejamento.

Durante a aplicação dos instrumentos e entrevistas clínicas, algumas crianças demonstravam sinais de sofrimento psíquico mais grave, como ansiedade, tristeza persistente, retraimento ou, em casos mais críticos, ideação suicida. Embora esses quadros não tivessem sido formalmente diagnosticados até então, os indicadores levantados apontavam para a urgência de uma escuta clínica sensível e da articulação



com outros profissionais da saúde. Como enfatiza Enes (2021), práticas avaliativas éticas devem ir além da mensuração técnica e considerar os múltiplos determinantes do sofrimento infantil.

Um elemento que favoreceu o vínculo terapêutico foi a parte lúdica do processo avaliativo. Muitas crianças demonstravam entusiasmo ao ir para a clínica, relatando que gostavam de “brincar nos testes”. O acesso aos brinquedos e materiais utilizados durante a avaliação, muitas vezes ausentes em seus contextos familiares, era vivenciado por elas como um momento de prazer e novidade, revelando também a falta de estimulação cognitiva no ambiente doméstico. A ludicidade, nesse sentido, não apenas facilitava o processo clínico, como também oferecia uma experiência afetiva positiva que contrastava com o histórico de frustração vivenciado em outros espaços, especialmente o escolar.

Apesar das limitações e desafios metodológicos, como agitação, baixa atenção e resistência inicial às tarefas, a construção de vínculo foi possível na maioria dos casos. Essa relação terapêutica foi fundamental para que as crianças pudessem ser reconhecidas para além de suas dificuldades comportamentais ou escolares. Algumas traziam em seu discurso marcas de exclusão: diziam que “só erravam”, que “não sabiam fazer nada” ou que “os colegas não gostavam delas”. Esse conteúdo revela não apenas o impacto da baixa autoestima, mas também o quanto essas crianças internalizaram, de forma precoce, a ideia de que não eram capazes ou dignas de acolhimento.

Ainda que o processo avaliativo tivesse por objetivo identificar aspectos do funcionamento cognitivo e emocional, ele se mostrou também como um espaço possível de legitimação do sofrimento psíquico infantil. Ao contrário da patologização apressada, a escuta clínica possibilitou compreender que tais manifestações eram atravessadas por múltiplos fatores — sociais, afetivos e neurológicos — e que, portanto, exigiam uma leitura cuidadosa, integrativa e ética. Como reforçam Hutz e Bandeira (2016), avaliar é também reconhecer e dar sentido às experiências vividas, principalmente em contextos onde o sofrimento é sistematicamente negligenciado.

3.4 O diagnóstico que abre portas: da burocracia à mediação de direitos

Os resultados obtidos ao longo desta experiência evidenciam que embora, em determinados serviços, o laudo seja parte essencial para subsidiar a construção de um plano de intervenção individualizado, para algumas famílias ele acaba sendo percebido



como uma etapa burocrática necessária para acessar recursos ou atendimentos. A ausência desse documento pode representar uma barreira significativa, especialmente para aquelas que não dispõem de meios para custear a avaliação de forma particular — o que aprofunda desigualdades. Já para famílias com maior poder aquisitivo, o laudo tende a ser vivenciado como um apoio que amplia a compreensão sobre as necessidades da criança e orienta o encaminhamento adequado.

Em muitas situações, o documento produzido foi o primeiro registro formal a legitimar as dificuldades apresentadas pela criança, descrevendo-as com base em critérios técnicos e propondo intervenções adequadas. Esse reconhecimento escrito, amparado por fundamentação científica e ética, possibilitou que famílias reivindicassem adaptações pedagógicas, encaminhamentos para atendimentos especializados e, em alguns casos, acesso a benefícios sociais.

Ao estabelecer essa mediação, a avaliação psicológica ultrapassou o caráter puramente classificatório, assumindo papel político e social. Como defendem Hutz e Bandeira (2016), a avaliação deve considerar não apenas a dimensão clínica, mas também o impacto de suas conclusões na vida concreta do sujeito, especialmente em contextos de desigualdade. Nessa perspectiva, o laudo se configurou como um documento de reivindicação — uma peça que, além de nomear uma condição, questiona a inércia institucional e convoca a ação de diferentes setores.

A devolutiva às famílias foi concebida como um momento estratégico para potencializar esse caráter emancipador. Longe de ser apenas a apresentação de resultados técnicos, esse encontro funcionou como espaço educativo e de fortalecimento. Foram abordados não apenas os achados avaliativos, mas também informações claras sobre direitos assegurados por políticas públicas, possibilidades de atendimento multiprofissional e estratégias de articulação com a escola. Para alguns responsáveis, essa conversa representou o primeiro momento em que mães e responsáveis ouviram, de forma compreensível e sem linguagem excessivamente técnica, que as dificuldades da criança não eram fruto de descuido ou incapacidade parental, mas resultado de condições específicas que demandavam apoio especializado.

Esse processo de esclarecimento gerou impactos subjetivos significativos. Muitas famílias relataram sentir alívio e esperança, acompanhados de um sentimento de pertencimento a um sistema de direitos do qual, até então, se percebiam excluídas.



Como destaca Aranha (2009), a devolutiva, quando conduzida com clareza e sensibilidade, pode funcionar como dispositivo de empoderamento, reposicionando o sujeito e sua família diante das instituições.

Assim, o laudo psicológico, longe de ser um simples requisito burocrático, pode se tornar um ato político e clínico potente, capaz de abrir portas, garantir acesso a direitos e contribuir para a redução das desigualdades. Para isso, é fundamental que a avaliação seja conduzida de forma ética, sensível e comprometida com a transformação social, reconhecendo que cada diagnóstico carrega não apenas um dado técnico, mas também a possibilidade concreta de mudar trajetórias de vida.

3.5 Psicologia como ferramenta de justiça social: o compromisso ético-político da profissional

A prática vivenciada neste projeto reafirmou que a atuação da psicóloga, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, não pode restringir-se ao espaço físico do consultório nem limitar-se a procedimentos técnicos dissociados da realidade concreta das famílias. A avaliação psicológica, nesse cenário, adquire uma dimensão ética e política, pois envolve o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a vida das crianças atendidas. Como defende Bock (2005), a Psicologia comprometida com a transformação social deve reconhecer que os fenômenos psicológicos não podem ser compreendidos fora das condições históricas, culturais e econômicas que os produzem.

A condução das avaliações exigiu mais do que aplicação rigorosa de instrumentos; foi necessária uma escuta ativa e contextualizada, capaz de considerar as singularidades de cada história. Essa postura implicou, inevitavelmente, assumir uma posição frente à desigualdade, reconhecendo que o acesso a uma avaliação qualificada é, também, um direito social. Nesse sentido, o compromisso ético do psicólogo não se encerra na entrega de um diagnóstico, mas se estende à mediação de direitos e à ampliação de possibilidades para aqueles historicamente excluídos do cuidado especializado (HUTZ; BANDEIRA, 2016).

A partir dessa compreensão, a experiência não se encerrou nos atendimentos realizados. O contato direto com as famílias e a constatação das barreiras de acesso inspiraram a idealização de um projeto de extensão universitária voltado à avaliação psicológica de crianças em situação de vulnerabilidade, com participação de estudantes



de Psicologia. Essa proposta, além de ampliar o alcance do serviço, promove formação prática e crítica para futuros profissionais, aproximando-os das realidades sociais mais desafiadoras e fortalecendo o compromisso da universidade com a comunidade. Como aponta Sawaia (2009), a práxis psicológica que se articula ao compromisso social contribui para a construção de uma cidadania ativa e para o enfrentamento das injustiças.

Assim, a avaliação psicológica, quando guiada por rigor técnico e sensibilidade social, deixa de ser apenas classificatória para tornar-se instrumento de transformação e inclusão, conectando o sofrimento individual às respostas institucionais e convertendo o diagnóstico em mobilização social. Mais que identificar dificuldades, afirma o direito das crianças a serem vistas e acolhidas integralmente, reafirmando a Psicologia como ferramenta de justiça social, comprometida com direitos humanos, equidade e dignidade, em um ato político capaz de promover mudanças reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste trabalho demonstra que é possível transcender o paradoxo que caracteriza a avaliação psicológica no Brasil: mesmo sendo um pilar constitutivo da profissão, ela permanece inacessível para grandes parcelas da população. Os dados iniciais, que apontam para uma densidade de apenas 0,18 psicólogos por mil habitantes no SUS — concentrados nas regiões centrais e metropolitanas —, deixam clara a exclusão estrutural que atinge famílias em contextos de vulnerabilidade, como as do sul do Maranhão, onde este estudo se realizou.

O processo avaliativo com as 11 crianças reafirmou que a prática técnica, quando ancorada em um compromisso ético-político, ultrapassa a mera aplicação de testes. Ela se configura como um espaço privilegiado de escuta e acolhimento, capaz de legitimar um sofrimento até então invisibilizado pelas instituições. Nesse sentido, a avaliação mostrou-se uma ferramenta crucial não apenas para compreender a criança em sua singularidade, mas também para interromper ciclos de exclusão e desamparo, frequentemente agravados por barreiras como o desconhecimento de direitos e a deslegitimação de suas demandas.

O laudo psicológico, portanto, assumiu na experiência uma dupla função. Para o sistema, tornou-se um documento necessário para mediar o acesso a direitos e serviços, cumprindo um papel burocrático inevitável. Para as famílias, no entanto, foi muito mais:



transformou-se em um instrumento de empoderamento e libertação, que traduziu suas vivências em linguagem técnica e lhes devolveu um sentido de agency sobre suas trajetórias. A devolutiva, realizada de forma compreensível e sensível, foi o momento em que a avaliação cumpriu seu potencial educativo e libertador, desconstruindo estigmas e naturalizações.

Os achados deste estudo dialogam criticamente com a urgência epidemiológica destacada na introdução, como os 2,4 milhões de brasileiros diagnosticados com autismo. Eles evidenciam que, sem uma rede acessível e territorializada de avaliação precoce, crianças com desenvolvimento atípico permanecerão à margem de intervenções tempestivas, aprofundando desigualdades e custos sociais.

Por fim, conclui-se que a avaliação psicológica em contextos de vulnerabilidade é, antes de tudo, um ato político. Ela representa o compromisso da Psicologia em operar não como um instrumento de manutenção das iniquidades, mas como uma ferramenta de justiça social. Ao reconhecer que cada processo avaliativo carrega a potência de legitimar vozes, abrir portas e impactar trajetórias, reafirma-se o papel da profissão na promoção de cidadania e dignidade. A experiência aqui descrita não é um caso isolado, mas um modelo possível e necessário — que exige a ampliação de políticas públicas e a atuação crítica de psicólogas(os) comprometidas(os) em transformar o acesso à avaliação psicológica em um direito real, e não um privilégio.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. F. **Avaliação psicológica e vulnerabilidade social: estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

BOCK, A. **Psicologia e desigualdade social: fundamentos para uma prática crítica**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CUNHA, R. A. **Avaliação psicológica: ética, prática e inclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

ENES, C. C. **Práticas avaliativas em contextos clínicos: ética e sensibilidade**. Curitiba: Appris, 2021.

HUTZ, C. S. **Ética em avaliação psicológica: princípios e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. **Avaliação psicológica: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2016.



A avaliação psicológica no Sul do Maranhão: instrumento de justiça social para famílias em vulnerabilidade

Oliveira et. al.

NORONHA, A. P.; SILVA, T. M.; OLIVEIRA, L. R. **Avaliação psicológica em contextos de vulnerabilidade: questões éticas e sociais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAWAIA, B. F. **Práxis psicológica e compromisso social: caminhos para a cidadania.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SZYMANSKI, H. **Desigualdade social e acesso à saúde mental infantil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.